

A IMPORTÂNCIA DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E DO TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA PARA JOVENS COOPERADOS DE UMA COOPERATIVA DE RECICLAGEM DE SALVADOR-BAHIA

Enimar Wendhausen¹

Isabelle Déjardin²

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em apreender a importância dada aos cursos de capacitação profissional e ao trabalho com carteira assinada por parte dos jovens cooperados de uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos localizada na cidade de Salvador-Bahia. Para tanto, foram utilizados questionários aplicados com entrevista para uma amostra de 11 cooperados, representando 50% do universo. Constatou-se que a maioria dos cooperados vislumbra – nos cursos de capacitação realizados pelas cooperativas – a possibilidade de obter uma vida melhor. Por outro lado, a maioria destes encontra-se disposta a trocar as atividades realizadas pela cooperativa por um trabalho com carteira assinada. Isso demonstra a importância adquirida por esses elementos para a economia solidária ao tempo em que suscita uma discussão sobre seu real significado.

Palavras-chaves: economia solidária; inclusão social; jovens; trabalho; renda.

Abstract: The aim of this paper is to apprehend the importance of professional qualification courses and formal job market for young cooperators who work in a solid residues recycling cooperative in Salvador-Bahia. It has been applied some questionnaires with interviews to a sample of 11 cooperators, which represents 50% of the total. The findings show that the majority of the cooperators glimpse the possibility of achieving a better level of life through qualification courses in the cooperatives. On the other hand, most of them wish changing the cooperatives activities for a formal job. This fact demonstrates the importance acquired by these elements for solidarity economy as well as raises a discussion about its true meaning.

Keywords: solidarity economy; social inclusion; youngsters; work; income.

1. Introdução

Para Singer (2002), o nascimento da Economia Solidária ocorre pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela Primeira Revolução Industrial na Grã-Bretanha, entre os séculos XVIII e XIX. O termo “solidária” leva em conta a idéia de solidariedade, o que contrasta com o individualismo

¹ Mestre em Economia de Empresas (UFPB). Graduada em Ciências Econômicas (UFRN). Professora assistente do Departamento de Economia e Análise (FES-UFAM). E-mail: eni_enimar@hotmail.com.

² Mestre em Estudos do Desenvolvimento (IHEID, Universidade de Genebra). Graduada em Ciências Sociais (UFBA). Membro do GEPAES (Grupo de Estudo e Pesquisa do Ambiente, Ecocidadania e Sustentabilidade - UNEB). Professora universitária. E-mail: belledejardin@hotmail.com.

competitivo, encontrado nas empresas capitalistas. É importante ressaltar que, enquanto os europeus consideram a economia solidária compatível com o mercado e com o Estado, nos países latino-americanos esta surge como uma força de transformação social e como uma alternativa à globalização neoliberal (MORAIS, 2007).

De acordo com o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), a Economia Solidária compreende um “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária” (ATLAS, 2003, p. 11). No que se refere às atividades e formas de organização, verificam-se quatro importantes características, a saber: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. Na concepção de Singer (2002), a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária refere-se ao modo como estas são administradas. Ou seja, a empresa capitalista aplica a heterogestão, que se refere à administração hierárquica, formulada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas, que fluem de baixo para cima, e as ordens e instruções, que fluem de cima para baixo. Por sua vez, a empresa solidária pratica a autogestão, isto é, se administra democraticamente. Os trabalhadores na empresa solidária, além de cumprirem as tarefas a seu cargo, têm que se preocupar com os problemas gerais do empreendimento.

As cooperativas, assim como as associações, empresas autogestoras, grupos solidários, redes solidárias e clubes de troca compõem os empreendimentos econômicos solidários (EES). A organização de grupos em cooperativas para a geração de renda tem sido apresentada como uma ação pública possível para o enfrentamento da exclusão de trabalhadores do processo produtivo (ADRIOLI, 2002).

Por sua vez, Lima define a cooperativa como “associação voluntária de pessoas na constituição de uma empresa de propriedade coletiva para atender suas necessidades de consumo, de trabalho, de serviços etc.” (LIMA, 2007, p. 138). Alguns dos princípios do cooperativismo são: adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, interesse pela comunidade e intercooperação (PINHO, 2001). Existem, entretanto, alguns empreendimentos que se autodenominam como cooperativas, mas que na verdade podem ser destacadas como falsas cooperativas pelo fato de não se observar alguns dos princípios listados anteriormente.

Os pensadores que mais contribuíram com a filosofia que fundamenta o cooperativismo foram Robert Owen, Willian King, Charles Fourier, Philippe Buchez e Luiz Blanc (CULTI, 2002). No Brasil, o cooperativismo surgiu no começo do século XX, trazido pelos imigrantes europeus. Nas cidades, tomou a forma de cooperativas de consumo e de cooperativas agrícolas no campo. Estas não eram autogestionárias. A direção das cooperativas e as pessoas que a operavam eram assalariadas. Dessa forma, não se enquadravam nos princípios básicos da economia solidária (SINGER, 2002).

Quanto à estruturação do mercado de trabalho, nos anos de 1940 a 1980, verificou-se no Brasil uma expansão do emprego assalariado. Em 1940, a cada dez trabalhadores, apenas três possuíam contrato formal. Enquanto que, no ano de 1980, eram sete trabalhadores com esse tipo de contrato para cada dez trabalhadores. Por sua vez, como reflexo do processo de reestruturação produtiva vivenciado pelo país nos anos 1990, que fez emergir novos conceitos aplicáveis à nova organização da produção (CASTIONI, 1998), presenciou-se a desestruturação do mercado de trabalho, contribuindo com a elevação do desemprego e do desassalariamento (POCHMANN, 2004).

Na verdade, ao longo desse período, irá ocorrer um intenso enxugamento das empresas, exigindo-se um tipo de trabalhador que possua habilidades múltiplas para operar as modernas técnicas. Esse novo perfil de trabalhador é o oposto do trabalhador encontrado no modelo taylorista/fordista, cujo principal conceito era o de fazer (ou executar). Na etapa atual o conceito passa a ser o de como fazer. Tal aspecto levanta a discussão sobre quais mudanças estariam ocorrendo, suscitando a tese da qualificação versus desqualificação.

De acordo com Schmitz (1988, p. 24), a desqualificação seria resultado do menor tempo despendido na formação do trabalhador, e isto pelo fato das máquinas a comando numérico não exigirem uma maior ação dos operadores; um segundo aspecto em relação à perda de qualificações refere-se ao controle sobre a força de trabalho, ou seja, o autor afirma que os custos elevados quando se contratam trabalhadores jovens e não-qualificados são compensados pelo que se ganha em termos de disciplina e controle sobre a força de trabalho. Para Castioni (1994), após a obra inconclusa dos teóricos da Teoria do Capital Humano (TCH), o debate sobre educação saiu de cena como preocupação e reapareceu em meados dos anos 1980, e com maior ênfase nos anos 1990, sendo esta a nova tônica das organizações. Hirata, por sua vez, “distingue uma nova noção de qualificação, assentada nas competências, que seria derivada do

crecente discurso empresarial que apregoa a elevação da qualificação do trabalhador” (CASTIONI, 1994). Por competência, entende-se a capacidade de resolver um problema em uma situação dada, segundo Tanguy citado por Deluiz (CASTIONI, 1994, p. 11).

A instabilidade presenciada pelo mercado de trabalho, como conseqüência das crises de acumulação do capital, passou a atingir principalmente mulheres, jovens, negros, pessoas com idade superior a quarenta anos e com baixa escolaridade. A situação de amplo desemprego e de redução dos postos de trabalho tem colocado, por sua vez, um grande número de pessoas em condições precárias de trabalho.

Dessa forma, a economia solidária tem se apresentado como uma das ações públicas para enfrentar a exclusão de trabalhadores do processo produtivo e surge como um movimento de resistência à degradação econômica e social vivenciada por estes indivíduos.

Diante do que foi exposto, o objetivo deste artigo é verificar a importância dos cursos de capacitação profissional e do trabalho com carteira assinada entre jovens cooperados de uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando-se enfatizar e discutir tais elementos no interior da economia solidária para análise de seu real significado.

2. Métodos

Realizou-se, inicialmente, um mapeamento das principais cooperativas existentes em Salvador-Bahia no ano de 2009 que pudessem atender aos pressupostos de investigação aos quais se propuseram estas pesquisadoras. A Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (CAMAPET), foi a única entre cinco cooperativas contatadas por telefone que se apresentou disposta a participar do estudo desde o primeiro momento, tendo sido agendado um encontro com seu atual presidente. Dessa forma, de um universo de 23 cooperativas, chegou-se a CAMAPET por amostragem não-probabilística por acessibilidade. Trata-se de uma amostragem que não apresenta fundamentação matemática ou estatística, normalmente aplicada em estudos exploratórios ou qualitativos (GIL, 1999).

Para que se pudessem analisar os níveis de importância em relação ao trabalho com carteira assinada e aos cursos de qualificação profissional, foram utilizados questionários aplicados com entrevista, com questões abertas e fechadas. Foi escolhida uma amostra de 11 cooperados, representando 50% de um universo de 22 cooperados.

Apesar de a maioria ser do sexo feminino – 55% contra 45% do sexo masculino –, foram entrevistados mais cooperados do sexo masculino (54,5%) do que do sexo feminino (45,5%).

A seleção dos entrevistados ocorreu por amostragem não-probabilística de voluntários. Aproximadamente 93% do total de cooperados possuem entre 18 e 29 anos de idade. Constatou-se que a média de idade dos entrevistados era de 24 anos.

O período de pesquisas abrangeu os meses de julho e agosto de 2009. No dia 31 de julho de 2009 realizou-se entrevista com o então Diretor Financeiro e atual Presidente da CAMAPET. As entrevistas com os demais cooperados foram realizadas em 07 de agosto de 2009.

A escolha da CAMAPET como estudo de caso justifica-se, primeiramente, pela sua proposta de proteção ambiental e de desenvolvimento social, a partir da inserção de jovens em situação de risco no mundo do trabalho e consequente geração de renda para famílias carentes; em segundo lugar, por ser um empreendimento econômico solidário, apresentando-se como cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos, em acordo, portanto, com os objetivos deste trabalho; em terceiro lugar, por localizar-se na cidade de Salvador, capital que possui, de acordo com pesquisas sobre o desemprego entre jovens, percentual elevado de pessoas sem emprego com este perfil.

Ressalta-se, inclusive, o tempo de atuação da CAMAPET em Salvador (11 anos), colaborando para que este estudo pudesse apreender a real importância dada aos cursos de capacitação profissional e ao trabalho com carteira assinada por parte dos jovens cooperados de uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos, permitindo-se vislumbrar, portanto, uma maior necessidade de se discutir esses elementos teórico-constitutivos no interior mesmo da economia solidária.

3. Análise dos resultados

3.1 Os jovens e o desemprego na Região Metropolitana de Salvador

Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em junho de 2008, a taxa de desemprego entre os homens era de 16,7%, enquanto que entre as mulheres foi de 24,4%. Observa-se, contudo, uma taxa de desemprego maior entre a população negra³,

³ Cor negra = pretos + pardos (DIEESE/SEADE).

principalmente as mulheres. Segundo Braga e Rodarte (2008, p. 3), no ano de 2004, Salvador apresentou a mais alta taxa de desemprego para os jovens entre todas as regiões abrangidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

A taxa de desemprego registrada para os jovens entre 16 e 24 anos na RMS foi de 41,7%. Borges (2000), em artigo intitulado “A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90”, chama a atenção para a elevação do desemprego entre jovens do sexo masculino de 18 e 19 anos nos períodos de 1992 e 1999, tendo, estes, ultrapassado os 40% da População Economicamente Ativa (PEA) dessa faixa etária. Para Borges, no grupo etário de 20 a 24 anos, o incremento do desemprego naquele período foi menor (23,4%)⁴, embora ainda considerado elevado. Braga e Rodarte afirmam em relação ao desemprego:

O problema é mais grave para os jovens com atributos pessoais específicos. O acesso dos jovens a melhores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho tem suas limitações verificando-se padrões de inserção diferentes em função da idade, sexo, cor, condição econômica da família, bem como a região de domicílio. (BRAGA & RODARTE, 2008, p. 2-3)

Além dos aspectos destacados anteriormente, ressalta-se o incremento das exigências em relação à escolaridade e a experiência como fator determinante dos elevados índices de desemprego para este grupo etário (BORGES, 2000). Quanto aos jovens empregados/ocupados, a maioria se encontra sujeita às atividades precárias e associadas a jornadas de trabalho extenuantes. É o que afirmam Braga e Rodarte (2008): “Na ausência de empregos estáveis na economia local, os jovens acabam por se inserir em trabalhos temporários e parciais”.

A empregabilidade passa a ser a palavra do momento, ou seja, a capacidade que o indivíduo possui de ajustar-se às contínuas mudanças do mercado de trabalho, mantendo-se, portanto, empregado (OLIVEIRA, 2005). Em outras palavras, para o profissional qualificado e empreendedor não faltará uma vaga no mercado de trabalho. No entanto, algumas pesquisas apontam que não é bem assim, que o desemprego também se faz presente na vida de indivíduos tidos como qualificados.

⁴ A pesquisadora apresenta em seu artigo dados sobre jovens do sexo feminino. Contudo, aqui foram utilizadas apenas as informações referentes aos jovens do sexo masculino. Ressalte-se que o percentual de jovens desempregadas do sexo feminino é superior ao do sexo oposto.

Por outro lado, a flexibilização é apontada por políticas econômicas ortodoxas como uma saída para o desemprego, incidindo sobre a jornada de trabalho, a remuneração e os direitos do trabalhador, dentre outros aspectos. Assim, com a permanência de elevadas taxas de desemprego, o trabalhador passa a ser o único responsável e o vilão pela sua exclusão do mercado de trabalho, pelo fato de não ser considerado uma mão de obra qualificada, condição essencial para a sua inserção nesse mercado. Ora, é esse exatamente o discurso predominantemente veiculado pela mídia.

Assim sendo, para Castioni (1998), a elevação do grau de escolaridade – apesar de melhorar a situação dos trabalhadores – não é suficiente para resolver o problema do desemprego. Fazendo referência aos programas do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, afirma que “[...] treinar 20% da População Economicamente Ativa (PEA) e mantê-los sob a condição de analfabetos funcionais não resolve nada” (CASTIONI, 1998, p. 46).

3.2 Caracterização da Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (CAMAPET)

A Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (CAMAPET) foi criada em 1999, em Salvador, Bahia, a partir de ações socioambientais do Centro de Arte e Meio Ambiente (CAMA). Tais ações surgiram no bojo de questões ligadas, sobretudo, ao meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida, integrando jovens da comunidade de Alagados, bairro periférico de Salvador. Na época de sua criação contava com aproximadamente 40 cooperados, passando aos atuais 22.

De 1999 a 2003 a sede da CAMAPET funcionou em Alagados, transferindo-se, ao final deste período, para o bairro da Calçada. Com dificuldades financeiras para pagar o aluguel e prosseguir suas atividades, o grupo resolveu ocupar um galpão desativado no mesmo bairro, em uma região da antiga malha ferroviária, pertencente à Rede Ferroviária Federal. Desde então, a CAMAPET reivindica, juntamente com a Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI), formada por 48 organizações locais, o uso do Armazém I, que se encontra ainda em poder do Patrimônio da União. Dessa forma, a cooperativa situa-se oficialmente na Rua Luís Maria, s/n, armazém 01 do Galpão Leste, na Baixa do Fiscal, Calçada, Salvador-BA.

A CAMAPET é uma cooperativa que busca sensibilizar a comunidade e a sociedade em geral com relação à mudança de hábitos e comportamentos em relação ao descarte de resíduos; coletar materiais e produzir artefatos. Esta última inclui bijuterias produzidas desde 2006 em parceria realizada com o curso de *design* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), originando a criação da marca CAMAPET BIJU, que fabrica joias com embalagens PET, além de porta-retratos, luminárias e outros artefatos fabricados nas oficinas e que acabam sendo vendidos em feiras populares e exposições, agregando valor monetário e social ao processo de reciclagem.

A CAMAPET também vende materiais sólidos como plásticos para a Bahia Pet e papelão para a indústria Penha, na Bahia e em Sergipe, respectivamente. Anteriormente, a coleta seletiva era feita apenas na região de Itapagipe, bairro situado na Cidade Baixa. Atualmente, outros bairros foram incorporados, tais como: Canela, Barra, Federação, Patamares e Centro Administrativo da Bahia (CAB), na Avenida Paralela. Em locais próximos à sede, a coleta pode ser feita de porta em porta; em outros, faz-se remanejamento, em que a CAMAPET direciona a coleta para outras cooperativas fazendo parte do Complexo Cooperativo de Reciclagem (CCR), que inclui quatro em Salvador e uma no município de Lauro de Freitas.

3.2.1 Perfil dos cooperados e suas percepções a respeito da carteira assinada e dos cursos de capacitação profissional

Em 2008, dos 30 associados do empreendimento, 24% eram analfabetos; 100% eram negros (pardos e pretos); 49% não haviam concluído o ensino fundamental e apenas 8% tinham concluído o ensino médio (BOLETIM, 2008). Dos cooperados entrevistados em 2009, 27,27% trabalham na cooperativa há menos de um ano, enquanto 63,63% trabalham há mais de um ano (de 01 ano e 03 meses a 06 anos).

A idade dos entrevistados compreendeu a faixa entre 19 e 24 anos (81,8%) e acima de 30 anos (18,2%). Todos os entrevistados afirmaram que o ingresso na cooperativa surgiu pela oportunidade de obter ocupação e renda. Apenas um dos entrevistados vislumbrou a possibilidade de acesso ao conhecimento através de seu ingresso na cooperativa.

As funções exercidas pelos cooperados dividem-se entre a CAMAPET BIJU, grupo de educação ambiental, triagem de plástico, trabalho no caminhão coletando

materiais, trabalho na prensa e na parte administrativa. Os cooperados que trabalham há menos de um ano na CAMAPET exercem várias atividades, não possuindo, entretanto, uma função específica. Os cooperados dedicam em média 44 horas semanais à cooperativa: de segunda a sexta, trabalham 8 horas por dia e, aos sábados, 4 horas. Contudo, segundo alguns depoimentos, reuniões que acontecem aos sábados podem durar até às 17 horas, ultrapassando, com isso, a jornada de 44 horas semanais.

Os cooperados que ingressam na cooperativa passam inicialmente por um estágio de um mês recebendo um *pro labore* em torno de R\$ 100,00. Todos os entrevistados reconhecem a importância do trabalho das cooperativas de produtos recicláveis para a sociedade e afirmam a sua importância na preservação do meio ambiente. Além da questão ambiental, 36,4% atribuíram a importância da cooperativa à geração de trabalho e renda e 18,2% à inserção social dos jovens em situação de risco.

Quando questionados sobre o significado de cooperativa, um dos entrevistados afirmou ser a junção de pessoas que trabalham em prol de um único objetivo, outro relacionou à ajuda mútua, enquanto um terceiro associou à possibilidade de enfrentamento ao modelo atual de desenvolvimento econômico, bem como ao crescimento pessoal e profissional. Os demais responderam que a cooperativa é um empreendimento que gera trabalho e renda, retira as pessoas desempregadas da rua, relacionando seu significado à preservação ambiental. A conclusão a que se pode chegar nesse caso é que ao pensarem no significado de cooperativa, os mesmos definem aquilo que vivem na CAMAPET. Ou seja, local no qual encontraram trabalho e renda com ações de cunho socioambiental.

Dentre os cooperados entrevistados, 90,9% atestaram gostar do que fazem na cooperativa; segundo os mesmos, o que esta tem de melhor é sua capacidade de proporcionar aprendizado, ensinar o que é trabalho em conjunto, união, colaboração, igualdade, amizade, e gestão democrática, apesar de saberem da existência de alguns conflitos.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pela cooperativa, independentemente daquelas promovidas pelas crises econômicas, destacam-se: 1) a existência de atravessadores que prejudicam as atividades da cooperativa; 2) os altos tributos pagos pelo empreendimento que terminam por estimular os catadores a se manterem de forma independente, vendendo diretamente para o atravessador em vez de ingressarem nas cooperativas; 3) o fato de alguns cooperados estarem habituados ao

trabalho em empresas nas quais se prevalece a heterogestão, dificultando a tomada de decisão dentro da cooperativa devido ao processo de adaptação à autogestão.

A maioria dos cooperados entrevistados afirmou ter abandonado os estudos pelo fato de se sentirem cansados do trabalho realizado na cooperativa, que pode chegar a uma carga horária de 8 horas diárias, ou 44 horas semanais, incluindo as reuniões aos sábados. Todos atestaram utilizar o que ganham na cooperativa com as despesas de casa, ajudando os pais ou sustentando a família. Alguns destes jovens possuem filhos. Apenas 18,2% não extraem toda a sua renda da cooperativa: destes, um recebe bolsa família enquanto outro fabrica e vende material de limpeza; 81,8% obtêm toda a renda através da cooperativa.

Os cursos de capacitação promovidos para os cooperados da CAMAPET foram realizados por 54,5% destes, enquanto que 45,5% não o fizeram. Apesar da maioria destes afirmar ter abandonado a escola, 100% de todos os entrevistados reconhecem a necessidade e a importância da realização de cursos de capacitação. Segundo os mesmos, esses cursos melhoram o trabalho do cooperado, fornecem conhecimento, qualificam mais pessoas para assumirem cargos administrativos. Dois dos entrevistados veem na realização dos cursos de capacitação uma forma de buscar um trabalho fora da cooperativa.

Assim, empreendedorismo, gestão ambiental, gestão financeira, gestão e administração de cooperativas, relações interpessoais, informática, cooperativismo, desenvolvimento regional e sustentável foram alguns dos cursos realizados pelos cooperados, segundo os relatos. Os que afirmaram não terem participado de nenhum curso encontravam-se há menos de dois anos na cooperativa. Neste último caso, verifica-se que dentre aqueles que não realizaram os cursos, apenas um está na cooperativa há um ano e quatro meses, os demais há menos de um ano. Todos reconhecem, conforme dito, a necessidade e importância dos cursos de capacitação. Reafirmam o compromisso de haver uma melhora no trabalho do cooperado, além do acesso ao conhecimento. Vislumbram, através desses cursos, a possibilidade de qualificação para assumirem funções administrativas dentro da própria cooperativa e como uma ponte que os auxilie na conquista de uma oportunidade no mercado de trabalho.

Os cursos de capacitação são ministrados por instituições de nível superior, por Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e estrangeiras e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Segundo o presidente

da cooperativa, algumas das instituições que ministram os cursos de capacitação têm parceria com a cooperativa, sendo instituições públicas e privadas tais como Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Católica de Salvador (UCSal), Banco do Brasil, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (Limpurb), dentre outras. Conforme se pode observar, algumas universidades de Salvador têm contribuído significativamente com o desenvolvimento das cooperativas populares, a partir do momento em que auxiliam com a formação/capacitação de seus cooperados.

Aproximadamente 81,8% dos cooperados entrevistados afirmaram nunca ter trabalhado com carteira assinada; 63,3% do total de entrevistados atestaram estar dispostos a trocar a atividade desenvolvida na cooperativa por um trabalho com carteira assinada. Um dos cooperados forneceu a seguinte declaração para justificar a troca do trabalho realizado na cooperativa por um emprego com carteira assinada: “Porque agora a renda da gente diminuiu, e antes não. Até recebi uma vez uma proposta de carteira, mas recusei, agora não recuso se surgir”. Ressalte-se que o principal motivo causador da queda da renda em 2009 associa-se à crise econômica, que fez com que os preços dos materiais reciclados caíssem, originando, por conseguinte, diminuição dos ganhos obtidos com a reciclagem.

Entre outros motivos apontados pelos entrevistados para preferir-se o trabalho com carteira, sugere-se a preocupação com um futuro melhor e o desejo em ter acesso aos benefícios sociais proporcionados para aqueles que possuem carteira de trabalho assinada, além do fato de, algumas vezes, poderem não receber o *pro labore* na cooperativa, apesar da existência de despesas pessoais a pagar. Contudo, aqueles que disseram não trocar o trabalho da cooperativa por um emprego com carteira assinada enfatizaram que sentem segurança onde estão e acreditam em breve poder obter melhores rendimentos, esperando, com isso, garantir uma maior participação dentro da cooperativa.

4. Considerações finais

A pesquisa revela um dado preocupante em relação ao desemprego na Região Metropolitana de Salvador: a maioria dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho é jovem e negra. Constatou-se que parte desses jovens encontra nas cooperativas de

reciclagem de resíduos sólidos uma maneira de obter trabalho e renda. Além disso, os jovens cooperados das cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos possuem baixa capacitação profissional, destacando-se, em especial, a importância da economia solidária para a inserção social desses grupos vulneráveis, sobretudo em cidades apresentando elevados índices de desemprego entre os jovens, caso de Salvador-Bahia.

Em relação à CAMAPET, os cooperados vislumbram nos cursos realizados pela cooperativa – em parceria com instituições de nível superior e outras instituições e organizações – a possibilidade de se capacitarem e de obterem uma vida melhor.

Na verdade, um futuro melhor é o sonho de todos os cooperados entrevistados. Todavia, para aproximadamente 63,3% destes, esse futuro estaria assegurado se relacionado a uma atividade com carteira assinada. Isso expõe as dificuldades enfrentadas pelos mesmos na cooperativa para obter o “pão nosso de cada dia”, associadas a uma elevada jornada de trabalho e às inevitáveis variações nos rendimentos decorrentes de instabilidades vivenciadas pela economia capitalista, como as crises econômicas, por exemplo, colaborando, ao final, para que os cooperados estejam dispostos a trocar o trabalho na cooperativa pelo trabalho formal com carteira assinada, relacionando-o, assim, à garantia dos prováveis benefícios sociais dele decorrentes.

Por outro lado, deve-se destacar a esperança que empreendimentos sociais como a CAMAPET têm fornecido a esses jovens cooperados excluídos da sociedade. Da mesma forma, pode-se perceber a cooperativa como sendo capaz de propor outros caminhos para aqueles que desconheciam qual caminho seguir. Deve-se lembrar, porém, que muito precisa ainda ser feito para que esses jovens possam realmente ser incluídos, sentindo-se parte integrante de uma sociedade.

Referências bibliográficas

ADRIOLI, Antônio Inácio. Cooperativismo: uma resistência à exclusão. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, n. 19, dez. 2002, mensal. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/019/19_androli.htm>. Acesso em 27 mai. 2009.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. 2005. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

BOLETIM INFORMATIVO [dos] Alunos do Curso de Direito da FTC, 1º Semestre, Turma IBM. *Jornal da natureza*. Salvador, ano 1, n. 1, jun. 2008.

BORGES, A. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, BA – SEI, v. 10, n. 3, p. 92-109. Dezembro, 2000. Disponível em: < <http://www.flexibilizacao.ufba.br/insercaojovensangela.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

BRAGA, T. S.; RODARTE, Mário Marcos Sampaio. 2008. *A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/conjuntura/ped/ped_estudos_especiais/pdf/artigo_jovens.pdf. Acesso em jul. 2008.

CASTIONI, Remi. Reestruturação produtiva e (re) qualificação profissional: empregabilidade e competências. In: *SETRAS*. Força de trabalho e emprego: reestruturação produtiva – qualificação profissional, vol. 15, n. 1, abr., 1998, p. 20-49.

CULTI, Maria Nezilda. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade, 2002. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/txt/txt/coopop.pdf>. Acesso em 20 abr. 2010.

DIEESE/SEADE *et al.* Sistema PED. Os negros no mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador. *Especial Negros*, nov. 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho flexível e autogestão: um estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: _____. (Org.). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 129-169.

MORAIS, Leandro Pereira. Economia social e solidária: do que se trata este complexo e controverso setor? Balanço, tendências e perspectivas para a análise do caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 10, Salvador. *Anais...* Salvador, 2007, p. 1-20.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. *A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso do trabalhadores de rua na cidade de Salvador*. 2005. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 2005.

PINHO, Diva Benevides. *Origem do cooperativismo moderno*. 2001. Disponível em: <http://www.ceset.unicamp.br/~joaquiml/ST%20019/cooperativa.ppt>. Acesso em 15 abr. 2010.

POCHMANN, Márcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA, MTE. Ano 9, n. 24, ago. 2004.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.